

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

Isabela Barbosa Ramalho Brito Veloso

O ACERVO FREI TITO DE ALENCAR LIMA: MEMÓRIA E ACESSO

Rio de Janeiro - RJ

2017

ISABELA BARBOSA RAMALHO BRITO VELOSO

O ACERVO FREI TITO DE ALENCAR LIMA: MEMÓRIA E ACESSO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Orientador: Prof. Dr.: João Marcus Figueiredo Assis

Rio de Janeiro – RJ

2017

Barbosa Ramalho Brito Veloso, Isabela

O Acervo Frei Tito de Alencar Lima: Memória e Acesso /
Isabela Barbosa Ramalho Brito Veloso. -- Rio de Janeiro, 2017. 39 f.
Orientador: João Marcus Figueiredo Assis.

TCC (Graduação - Arquivologia) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, 2017.

1. Arquivo. 2. Documentação. 3. Igreja Católica. 4. Ditadura. 5.
Frei Tito.

CDD 025.171 4

Isabela Barbosa Ramalho Brito Veloso

O ACERVO FREI TITO DE ALENCAR LIMA: MEMÓRIA E ACESSO

Trabalho de conclusão de cursos apresentado à
Escola de Arquivologia, como requisito parcial
para obtenção do Grau de Bacharel em
Arquivologia.

Aprovada em ____ de ____ de _____

Banca Examinadora:

_____ Nota: _____

Prof. João Marcus Figueiredo Assis (Orientador)

_____ Nota: _____

Prof. Bruno Ferreira Leite

_____ Nota: _____

Prof.^a Patrícia Ladeira Penna Macêdo

Rio de Janeiro RJ

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo o que sou e que tenho, por sempre me iluminar e me fortalecer.

Agradeço aos meus pais, Vânia e Antônio pelo apoio e compreensão nos momentos difíceis e por sempre acreditarem em mim.

Aos amigos que conheci pela UNIRIO. A presença de vocês tornou essa experiência mais agradável. Rafael, Paola, Allan e Felipe obrigada por estarem comigo nessa caminhada acadêmica. Vocês sempre estarão no meu coração.

Ao Thiago, por me apoiar me dar ânimo.

Aos amigos Bárbara e Caio por fazerem parte da minha vida.

Ao meu orientador João Marcus Figueiredo Assis pela paciência, atenção e por me ajudar a construir este trabalho.

“Fear cuts deeper than swords.”¹

(George R. R. Martin, A Guerra dos Tronos,
página 379)

¹ “O medo corta mais profundamente que as espadas.”

RESUMO

Apresenta resultados finais do processo de coleta, organização, descrição e proposta de disponibilização de parte do acervo sobre o Frei dominicano Tito de Alencar Lima. O acervo de Frei Tito localiza-se no Arquivo da Província Dominicana no Brasil, situada em Belo Horizonte, MG. Nosso trabalho visou investigar o conteúdo e a situação organizacional desse acervo, estudar sua relevância para a história recente do Brasil, mais especificamente o período ditatorial (1964-1985), tendo sido Frei Tito torturado e exilado em 1971 após sua prisão. Tito suicidou-se em Lyon, na França em agosto de 1974. Entende-se que seu suicídio foi resultado das torturas as quais foi submetido. Utilizamos para nossa análise arcabouço teórico e metodológico próprios da Arquivologia e das Ciências Sociais, tais como levantamento, análise de conteúdo, análise comparativa, além de organização e descrição arquivísticas. Por entendermos que seu acervo possui significativa importância para o entendimento sobre esse período, nos propomos a identificar, organizar e divulgar seu conteúdo via internet.

Palavras-chave: Frei Tito. Ditadura. Igreja Católica. Documentação. Arquivo.

ABSTRACT

This paper intends to present the final results of the collection process, organization, description and proposition to make part of the collection about the Dominican Friar Tito de Alencar Lima available. The collection of Frei Tito is located in the Archives of the Dominican Province in Brazil, located in Belo Horizonte, MG. Our work had as objective to investigate the content and the organizational situation of this collection, to study its relevance for the recent history of Brazil, more specifically the dictatorial period (1964-1985), Frei Tito was tortured and exiled in 1971 after arrested and tortured. The friar had committed suicide in Lyon, France, in August 1974. Have been used the theoretical and methodological framework of Archives and Social Sciences, such as research, content analysis, comparative analysis and archival description and organization. As we understand that this collection has a significant importance for understanding this period, propose the identification, organization and dissemination of the content through the internet.

Keywords: Friar Tito. Dictatorship. Catholic Church. Documentation. Archive.

LISTA DE FIGURAS

1. Imagem 1 – Matéria do Jornal Folha de S. Paulo – Pág. 14
2. Imagem 2 – Poema “Quando secar o rio de minha infância” – Pág. 15
3. Quadro 1 – Organização Física da Documentação – Pág. 17
4. Imagem 3 – Caixas e Pasta Suspensa – Pág. 18
5. Quadro 2 – Exemplo de Código de Referência – Pág. 25
6. Imagem 4 – Aparência do Site – Pág. 27
7. Imagem 5 – Pasta Suspensa – Pág. 27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTUALIZAÇÃO E CONTATO COM O ACERVO	13
2.1 Quem foi Frei Tito?	13
2.2 A documentação e condições de acesso	17
3 DESCRIÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO	22
4 MEMÓRIA E ACESSO	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objetivo apresentar o trajeto de pesquisa e de organização do material coletado a partir da documentação pertencente ou relacionada à figura de Frei Tito de Alencar Lima, encontrada no Arquivo da Província dos Dominicanos em Belo Horizonte, Minas Gerais.

O seu objetivo é apresentar a relevância social das informações contidas nesse conjunto documental, bem como ampliar a visibilidade e o acesso aos documentos coletados durante a pesquisa.

Quanto à Metodologia empregada, registra-se que, na fase de Investigação usamos metodologia qualitativa de investigação. Os procedimentos metodológicos adotados foram Levantamento, Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental.

Para tanto, principia-se, no Capítulo “Contextualização e Contato com o Acervo”, fazendo uma breve apresentação do contexto histórico, bem como relatando o que pode ser percebido a partir da pesquisa bibliográfica como sendo a trajetória de Frei Tito, buscando situar o leitor. Também apresentamos a forma como tivemos contato com a documentação relacionada ao frade e as condições nas quais encontramos essa documentação.

No Capítulo “Descrição e Divulgação da Documentação” tratamos de esclarecer os procedimentos técnicos adotados para que pudesse ser feita a divulgação, visando ampliar o acesso à documentação. Nesse capítulo utilizamos a literatura arquivística para situar uma base de desenvolvimento para o processo de descrição documental.

No Capítulo “Memória e Acesso”, relacionamos acesso e memória. Essa relação tem sofrido algumas mudanças devido a utilização da web para a divulgação de acervos, fazendo com que os usuários possam fazer suas pesquisas de forma remota. Dar acesso permite que haja uma ampliação na produção de conhecimento científico e o aumento da visibilidade dos arquivos como instituições que permitem o contato da sociedade com diversas facetas de suas memórias, exercendo também uma função social.

Portanto, neste trabalho entendemos que a documentação analisada apresenta grande potencial para desenvolvimento de estudos e para a compreensão sobre o período da ditadura. pensando no acesso à documentação de forma virtual que criamos um site para a hospedagem do material coletado e sua descrição. O trabalho de coleta, descrição e construção do site para divulgação do material objetiva ampliar a visibilidade do acervo referente a Frei Tito,

encontrado no Arquivo da Província dos Dominicanos, tendo em vista sua relevância para a reconstrução de memórias sobre um período ainda sombrio do país.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CONTATO COM O ACERVO

Neste capítulo trataremos do contexto que envolve a documentação analisada. Apresentaremos de forma breve a trajetória de vida de Frei Tito, para que se possa compreender mais a fundo como e porquê foi produzida a documentação a ser analisada. Também é importante esclarecer neste primeiro capítulo qual era o contexto histórico do período em que Tito viveu e como suas memórias acabariam sendo projetadas durante os anos que se seguiram após a sua morte.

Primeiramente, faremos uma breve contextualização histórica para auxiliar na compreensão da trajetória da vida de Frei Tito. Em seguida, iremos apresentar a forma como a documentação encontrava-se disposta aos usuários, suas condições de acesso e uso no Arquivo dos Dominicanos.

2.1. Quem foi Frei Tito?

Tito de Alencar Lima nasceu em Fortaleza, no dia 14 de setembro de 1945. Filho de Idelfonso Rodrigues de Lima e Laura de Alencar Lima, ele era o mais novo de quinze irmãos em uma família católica. Na adolescência, Tito filiou-se a um grupo da Ação Católica (AC)², a juventude estudantil católica (JEC)³, e mais tarde ingressou na Ordem dos Dominicanos, cujo nome oficial é Ordem dos Pregadores e, no Brasil era conhecida por ser “uma instituição religiosa politicamente engajada” (FEIJÓ, 2011).

Ainda segundo Feijó (2011), a interação dos Dominicanos com a comunidade em que viviam era facilitada pelas regras de funcionamento da Ordem, que a partir de 1960 permitiu que fossem usados trajes civis fora do convento, estudar em instituições laicas e trabalhar fora dos conventos. Para esta mesma autora “Por usarem trajes civis e se comportarem como jovens de sua idade, esses dominicanos conseguiam conviver no meio universitário e participar de discussões políticas de igual para igual com os alunos.” (FEIJÓ, 2011)

Bosi (2014), por sua vez, indica que Tito dedicou-se mais intensamente JEC nos anos de formação como seminarista, entre 1965 e 1966. Tito tinha 20 anos quando alguns grupos

² Criada em 1935, era uma associação civil católica que objetivava a fundação de associações leigas vinculadas à Igreja. Foi fundada em 1966, a partir das novas diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 2001)

³ “Associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setor da Ação Católica Brasileira (ACB) encarregado de difundir os ensinamentos e a doutrina da Igreja junto aos estudantes de nível secundário. (...)”, segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (2001).

de oposição ao regime militar, como a JEC, se radicalizaram e romperam com a Ação Católica, pois na visão daqueles, essa já não mais atendia ao enfrentamento ao regime ditatorial. Esses grupos de oposição passaram então a atuar na chamada Ação Popular (AP)⁴. A igreja nunca foi politicamente homogênea, contudo neste caso era evidente uma certa concorrência entre diferentes níveis hierárquicos, pois:

Embora os militares tivessem o apoio da alta hierarquia eclesial, o mesmo não acontecia com a baixa hierarquia da Igreja, pois esses últimos desde o golpe militar se colocaram contra o governo. Por isso muitos membros da AC e da AP acabaram sendo levados à prisão, pois para os militares não havia diferença entre esses dois grupos. (SANTOS, 2009)

O líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN)⁵, Carlos Marighella, pediu uma colaboração estratégica aos frades. Fundador do maior grupo armado contrário ao regime e escritor do *“Manual do Guerrilheiro Urbano”*, Marighella chegou a ser considerado o inimigo número um da ditadura militar.

Bosi (2014), afirma que os dominicanos auxiliavam os perseguidos políticos e suas ações estavam sendo monitoradas pelos militares. Com o endurecimento do regime, as lideranças da União Nacional dos Estudantes (UNE) solicitaram o auxílio dos freis para a escolha de um lugar onde pudesse ser realizado o XXX Congresso da UNE. O congresso aconteceu em outubro de 1968, em Ibiuna (SP). Neste ato os participantes foram presos, inclusive Tito. A partir da instalação do AI-5⁶, os dominicanos estariam sob a investigação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) e de seus futuros torturadores, no comando estava o delegado Sergio Fleury.

⁴ Era muito mais radical e, embora formada por militantes católicos, se aproximaram consideravelmente da luta armada. Conforme o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (2001), tratava-se de uma “Organização política de âmbito nacional, fundada durante um congresso promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 1962. Integrada basicamente por membros da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC), seu objetivo era formar quadros que pudessem “participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo”.

⁵ “Organização revolucionária criada em 1968 por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Defendendo a necessidade da luta armada para derrubar o regime militar instaurado no Brasil em abril de 1964 e para instalar um governo popular revolucionário, a ALN, ao lado do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi um dos principais grupos que, entre as décadas de 1960 e 1970, se dedicaram à guerrilha no país.”, Ainda segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (2001).

⁶ Ato Institucional N° 5, que intensificou a repressão, conferindo autorização ao presidente para intervir e suspender várias garantias previstas na constituição.

Ervilha, Oliveira e Feitosa (2009) afirmam que em 4 de novembro de 1969, Marighella foi ao encontro dos freis Ivo e Fernando, não sabendo que estes estavam sendo coagidos pelos militares. Ele acabou sendo morto em uma emboscada. Os meios de comunicação da época afirmaram que houve intensa troca de tiros e que Mariguella teria morrido nesse enfrentamento, enquanto o que houve foi uma execução.

Imagem 1 – Matéria do Jornal Folha de S. Paulo

FOLHA DE S. PAULO
Ano XLIX Um jornal a serviço do Brasil São Paulo, quarta-feira, 5 de novembro de 1969 N.º 14.752
De 600 mil a 1 milhão de leitores — Distribuição: 600 mil a 1 milhão de leitores — Preço: 100 mil a 1 milhão de leitores

Morto o chefe terrorista Marighella

Avião brasileiro sequestrado e levado para Cuba



O Boeing 707 da Varig foi sequestrado por quatro homens e uma mulher quando fazia o voo Buenos Aires-Santiago de Chile, ontem à tarde. Com 89 passageiros e 12 tripulantes a bordo, o aparelho desceu na capital chilena para reabastecimento e depois seguiu para Havana. Os sequestradores, possivelmente de nacionalidade argentina, obrigaram o comandante do aparelho, Gerardo Werner Krieppling, a seguir para Cuba sob a ameaça de revivirem o episódio de 68. Um casal brasileiro pôde desembarcar em Santiago porque a mulher, gravida de seis meses, não se sentia bem, sendo socorrida no próprio aeroporto.

O Boeing, que levantou voo de Chile exatamente às 17h30, levanta 22 horas para chegar a Cuba, em voo direto à velocidade de mil quilômetros horários.

Em Brasília, o Zimarral controlou imediatamente com o Brasil, não estabelecida em Havana consideração das taxas que serão pagas ao governo de Fidel Castro e será sustentada nos passaportes e tripulantes.

Ontem à noite, quando a aeronave sobrevoava Lima, Peru, o comandante Gerardo Werner Krieppling à Varig, dizendo que tudo ia bem a bordo.

Chile unido da empresa chilena-guineense LANCHA, também foi desviado para Cuba ontem cedo, por dois homens não identificados, quando fazia o voo entre Montagu e El Salvador, em destino ao México.

O comandante do avião, Gerardo Krieppling

O ex-deputado Carlos Marighella, de 38 anos, chefe do movimento terrorista no País, foi morto ontem em São Paulo, ao resistir à ordem de prisão que lhe era dada por agentes da "Operação Bandeirantes".

Marighella foi alvo de uma rajada de metrôlhos e fuzis imediatamente no próprio local, na alameda Casa Branca, altura do número 896, no elegante bairro de Jardim Paulista. A luta exata do momento entre a polícia e o líder terrorista foi filmada.

Os agentes que participam da "Operação Bandeirantes" haviam prendido há dois meses e um engenheiro e fisarrazz sabendo dos planos de Marighella, em relação a um encontro na alameda Casa Branca, na noite de ontem. Foi preparado um dispositivo armado à frente do delegado Sérgio Fleury, do DOPS. No carro do delegado fisarrazz um agente e duas investigadoras, sem densa autoridade.

Sabiam os policiais que Marighella deveria chegar num Vólkswagen, dentro do qual morria, que tem a placa 34-08-28. Os agentes cercaram a rua. Fuzilando o policial Sídeia Borges Morato que tinha a descrição do terrorista, de avistar aos policiais. O Vólkswagen se aproximou e não viajou Marighella, que, logo ao descer, viu-se cercado. Ele correu, tentando apertar uma pasta no veículo. Um policial deu a primeira rajada para a ele, como advertência, mas Marighella não deu atenção, sendo então metralhado. Caía morto dentro do carro.

O carro do delegado Fleury, também teve os seus vidros estilhaçados, como os de Marighella.

As diligências, que foram realizadas por numerosos policiais, tiveram a orientação do delegado Sérgio Fleury, que já sofreu a par do "rapetamento" (encontros de terroristas em qualquer lugar, na rua, quase sempre motorizados) de Marighella na alameda Casa Branca e ali, perto de um prédio em construção foi metralhado e capturado policial.

Quando o carro de Marighella se aproximou e ele reconhecido pela polícia do DOPS (esta fingia estar namorando o colega), fechou-se o cerco. Marighella tentou correr, mas não conseguiu escapar. Vestiu-se de civil, com o cabelo na cabeça em estado grave) e Ana Pereira Leite, além do delegado Tuvalvares, entre os seus membros.

O cadáver de Marighella foi removido para o necrotério do IML para autópsia, depois de examinado por peritos dos IPT. Ao ser morto Marighella trazia roupa superior e longa calças escuras.

O gen. Sílvio Correa de Andrade, chefe da Polícia Federal em São Paulo, compareceu imediatamente ao local, e declarou:

"É o líder de maior importância no terrorismo. Eu sabia que Marighella estava no Brasil, especificamente em São Paulo".

Fonte: Site do Acervo do Jornal Folha de S. Paulo⁷

Durante esse período o endurecimento da grande mídia sobre os dominicanos foi muito forte, tanto que eles passaram a ser identificados como traidores. Segundo Junges (2011),

Após sofrerem com a tortura, os freis revelaram aos oficiais do DOPS o local e o horário em que Marighella poderia ser encontrado, informações que permitiram ao delegado Fleury elaborar uma emboscada e assassinar o revolucionário. Os dominicanos foram levados a público e apresentados à imprensa como colaboradores da morte do líder guerrilheiro. Essa exposição

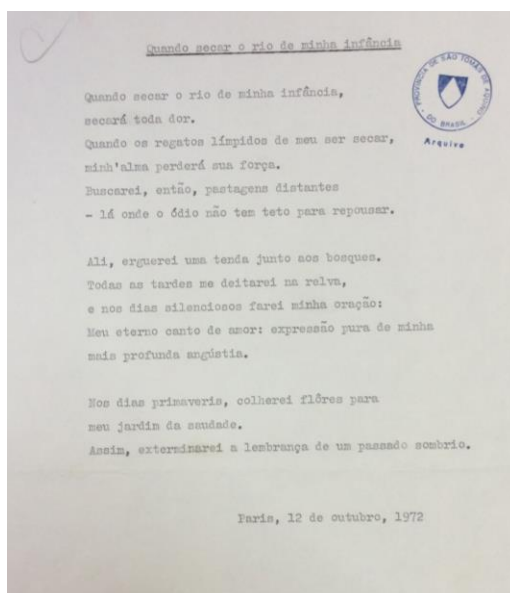
⁷ <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1969/11/05/2/>

desmoralizou os religiosos junto aos movimentos de esquerda que, por algum tempo, passaram a considerá-los como traidores. (JUNGES, 2011, p. 24)

Tito, juntamente com os outros frades, passou pelo DEOPS, pelo presídio Tiradentes e pela Operação Bandeirante (OBAN⁸), que viria a se tornar o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI⁹). Tito foi barbaramente torturado; nesse período estava com vinte e quatro anos de idade. Ele foi oficialmente banido do Brasil em dezembro de 1970, aos vinte e cinco anos, quando Carlos Lamarca liderou o sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bücher e o trocou pela libertação de setenta presos políticos, contando Tito como um desses presos.

Logo depois foi deportado para o Chile, em janeiro de 1971 e, sob a ameaça de novamente ser preso, fugiu para a Itália. Em Roma, não encontrou apoio da Igreja Católica, por ser considerado um “frade terrorista”. De Roma foi para Paris, onde recebeu acolhida por parte dos dominicanos. Lá tentou retomar sua vida, mas segundo relatos de seus confrades, de seus parentes e biógrafos, as lembranças da tortura não desapareceriam. Durante o período em que esteve exilado na França Tito escreveu o poema intitulado “Quando secar o rio de minha infância”.

Imagem 2 – Poema “Quando secar o rio de minha infância”



Fonte: Fotografia obtida durante a pesquisa.

⁸ Órgão apoiado por diversas empresas, atuava de forma violenta na repressão contra os movimentos de esquerda.

⁹ Esses departamentos atuavam com o objetivo de coibir os movimentos de esquerda no Brasil.

Entre os dias 8 e 10 de agosto de 1974, na França, o corpo de Tito é encontrado enforcado nos arredores de Lyon. Aos vinte e nove anos, ele cometeu suicídio, reflexo das torturas as quais foi submetido durante o período ditatorial no Brasil. Todo esse processo de perseguição, tortura e morte acabou por torna-lo uma espécie de mártir para grupos religiosos e movimentos sociais. Anos mais tarde (1983), o corpo de Tito retorna ao Brasil, em uma espécie de anistia para o frade morto (ASSIS, 2015).

Assis (2015) destaca que a prisão e tortura inferidas aos dominicanos foram um fator determinante para desencadear a cobrança por parte da Igreja Católica ao estado brasileiro acerca das violações dos direitos humanos. Reforçando a ideia da contribuição de Tito para os movimentos sociais, entre suas considerações sobre os eventos comemorativos dos 40 anos da morte de Frei Tito, Assis ainda apresenta que

há uma vinculação da memória de Tito com movimentos sociais atuais, gerando relações positivas de sua morte com os encaminhamentos recentes dos movimentos sociais, mais especificamente os acompanhados pela Igreja Católica. (ASSIS, 2015, p. 46).

Esta breve biografia apresenta um pouco da trajetória de Tito como forma de introduzir o leitor ao universo relacionado à documentação a ser analisada. Mais à frente será possível notar que diferentes representações da memória das vivências e morte de Frei Tito também podem ser observadas a partir da produção documental existente sobre o frade. A seguir serão apresentados alguns apontamentos voltados mais especificamente para a documentação que se encontra no Arquivo da Província dos Dominicanos acerca de Tito e sob quais condições aquela documentação se encontra e se existem e quais são suas restrições de acesso.

2.2 A documentação e condições de acesso

Ao estudarmos os documentos presentes no acervo do Arquivo da Província da Ordem dos Pregadores no Brasil, localizado na cidade de Belo Horizonte (MG), buscamos dialogar de forma técnico-científica, com as teorias arquivísticas e outros campos de conhecimento a fim de analisar os dados coletados.

De acordo com as informações divulgadas no site da Ordem dos Pregadores¹⁰, ao arquivo são atribuídas as atividades de “gestão, o recolhimento dos documentos de valor

¹⁰ <http://www.dominicanos.org.br/site457/detalhes5x.php?id=131>

permanente, o tratamento técnico, a preservação, a conservação e a divulgação do patrimônio documental, produzidos ou acumulados pelos Dominicanos brasileiros” (ARQUIVOS da Província..., 2016).

A consulta ao acervo foi agendada previamente. Na consulta no local foi dado acesso a uma pasta suspensa, com documentos mais recentes, e duas caixas arquivo. O acervo referente a Tito é basicamente memorialístico, considerando a quantidade de documentos que foram produzidos após a morte do frade; não apenas os documentos administrativos relacionados à morte e traslado do corpo, mas também os documentos produzidos em razão de cerimônias litúrgicas e comemorações do aniversário da morte o que pode ser interpretado como uma busca pela manutenção da memória sobre Tito.

Quadro 1 – Organização Física da Documentação



Fonte – Produção da autora.

Imagem 3 – Caixas e Pasta Suspensa



Fonte: Fotografia obtida durante a pesquisa.

A pasta suspensa pertence ao arquivo permanente referente a Frei Tito, enquanto frade vinculado à Ordem dos Pregadores. As pastas são criadas para armazenamento de documentações administrativas dos frades, que vão sendo acumuladas ao longo do cumprimento de suas atividades dentro da Ordem. Após o falecimento dos frades, a pasta é transferida para o arquivo permanente. Apenas as pastas a respeito dos frades já falecidos podem ser acessadas por pesquisadores. Dentro da pasta suspensa referente a Tito, havia um documento intitulado “fichas de religiosos e obituários”, que possui suas informações pessoais e a descrição do currículo do mesmo na Ordem dos Pregadores, para a identificação.

Os documentos encontrados na pasta suspensa estavam em sacos plásticos e eram documentos individuais. Nesta pasta foram encontrados documentos como: a Ficha da entrada de Tito para a Ordem dos Dominicanos, panfletos, informativos de eventos, exposições ou seminários, recortes de jornais sobre a morte de Tito, carta de solidariedade pelas celebrações da morte de Tito, postais com a imagem de Tito e sugestões de celebrações. A pasta estava denominada como “Tito de Alencar Lima” – EG 3 Obituários Necrológicos. O acúmulo de documentos desta pasta é feito de acordo com a chegada de novos documentos produzidos sobre Tito.

Apesar de póstumo, o acervo de Frei Tito de Alencar Lima é um dos maiores presentes no Arquivo dos Dominicanos e é provável que seja ultrapassado em tamanho apenas pelo acervo a respeito de Frei Betto, o qual, em grande parte continua sendo produzido com base

em sua produção literária e intelectual. O acervo de Tito é composto em sua maioria por documentos produzidos sobre Tito após a sua morte.

Foi possível perceber também que certos documentos se repetiam em pastas ou caixas separadas, acumulados de acordo com o recebimento. Segundo Fonseca (2015),

A acumulação relativa ao recebimento dos documentos é comum a todo tipo de arquivo. Essa característica é resultado da forma como nossa sociedade compreende o sentido dos arquivos, o que é destacado por Artières (1988, p.13) ao dizer que “para ser bem inserido socialmente, para continuar a existir, é preciso estar sempre apresentando papéis, e toda infração a essa regra é punida”. Ou seja, nos Arquivos Pessoais a acumulação também representa a compreensão dos arquivos em toda sua importância, inclusive a memória. Porém, esse destaque e retorno social apenas ocorrerão após a compreensão e tratamento adequados aos documentos. (FONSECA, 2015, p. 6)

Os documentos encontrados fazem parte de construções de memórias sobre Tito. Parte dessa construção é voltada para as experiências traumáticas vivenciadas pelo frade, causadas por um sistema, identificado como opressor. A partir dessas construções memorialísticas acerca das vivências de Tito como personagem que se opõe ao sistema, é possível compreender as interpretações feitas pelos movimentos sociais a partir da imagem de frei Tito, relacionando-o com a luta pelos direitos humanos e a democracia.

Além das duas caixas especificamente destinadas ao acervo sobre Frei Tito, existem também outras dez caixas que tratam sobre os Dominicanos no período da repressão, elas vão da C1 a C9 e uma outra sem identificação alfa numérica.

Quanto à organização do acervo, os documentos estavam separados por assuntos e por sequência de datas. O arquivo da Província funciona desta forma desde 1998, devido à junção das Províncias¹¹ Dominicanas no Brasil. Segundo informações no site da Ordem dos Pregadores¹², foram criadas algumas províncias desde o estabelecimento da Ordem no Brasil.

A primeira, Província de São Tomás, foi criada pelos frades franceses em 1881 e alcançava comunidades estabelecidas nos estados de Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. O Vicariato¹³ Santa Catarina de Sena foi a segunda fundação dominicana, que

¹¹Uma província, no sentido religioso é formada pelo agrupamento de conventos, mosteiros ou casas religiosas.

¹² <http://www.dominicanos.org.br/site457/provincia.php>

¹³ O vicariato é o agrupamento de paróquias que tem como objetivo permitir uma melhor comunicação entre o bispo e os párocos, para auxiliar no desenvolvimento de atividades pastorais e religiosas.

surgiu durante a década de 1930, atendendo a congregações¹⁴ em São Paulo, Paraná e Goiás. Em 1961 é criada a terceira e última fundação dominicana, o Vicariato São Martinho de Lima, localizado no Paraná. Ainda segundo o que consta no site da Ordem “Atualmente os Dominicanos no Brasil estão reunidos na ‘Província Frei Bartolomeu de Las Casas’.”¹⁵.

¹⁴ As congregações são grupos de pessoas dedicadas a atividades pastorais ou religiosas.

¹⁵ <http://www.dominicanos.org.br/site457/detalhes5x.php?id=8>

3. DESCRIÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Neste capítulo abordaremos o tratamento técnico dado à documentação coletada no Arquivo da Província dos Dominicanos relacionada à figura de Frei Tito. Especificamente iremos abordar o processo de descrição dessa documentação apresentando as normas utilizadas como base e o produto da descrição, que foi um instrumento de pesquisa. A importância do processo de Descrição pode ser notada, uma vez que, a partir deste processo é possível ampliar o acesso, permitindo que pesquisadores possam utilizar as informações ali contidas na produção de conhecimento.

O Arquivo da Província Dominicana situa-se em uma instituição privada, ou seja, a circunscrição eclesiástica formada pela Ordem dos pregadores. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) define Arquivo Privado como “Arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular.” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.35). Segundo a Lei 8.159, Art 11º “Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência das suas atividades”.

Compreende-se que a produção documental do Arquivo dos dominicanos está intimamente ligada à trajetória de vida de cada um de seus membros. Ou seja, dentro da instituição, cada membro acaba por produzir um fundo documental a partir das atividades que desempenha formando um conjunto documental que pode vir a dividir-se em subseções e séries de documentos, apresentando desta forma reflexos das atividades de seus respectivos produtores.

No caso do acervo relacionado à figura de Frei Tito foi possível perceber que uma grande parcela dos conjuntos documentais estava relacionada as representações atribuídas ao frade. A partir das produções documentais de Tito, encontradas no acervo, notamos o envolvimento do Frade para com atividades voltadas para o social, como é o caso do texto de autoria do frade “Educar é Doutrinar? ”, no qual ele propõe uma revisão em relação aos métodos de educação vigentes, para que houvesse um desenvolvimento educacional de forma mais livre.

Não havia apenas arquivos administrativos, como, por exemplo, sua ficha de entrada para a ordem dos dominicanos, no acervo. Havia também documentos que foram acrescentados após o surgimento de toda uma ressignificação para o contexto de vida do frade dominicano, como folhetos de diversas celebrações pós-morte. Percebemos que a documentação acumulada demonstra que Tito se tornou um símbolo que surge do meio

religioso e se posiciona em oposição ao regime militar, ao mesmo tempo em que informa várias atividades de organizações sociais e populares protagonizadas pelos frades dominicanos no Brasil.

Quanto ao tratamento documental é interessante que tenhamos em mente os princípios arquivísticos. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), o princípio da proveniência (também conhecido como princípio de respeito aos fundos) é o "princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras" (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 171).

Já sobre o princípio da ordem original, o Dicionário de Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) afirma que "Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu." (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 137). Entretanto, foi possível perceber que a rigidez deste princípio ocasiona certos questionamentos quanto à sua aplicabilidade, como destaca Sousa (2003), ao afirmar que

Duchain, Schellenberg e os próprios arquivistas holandeses relativizaram a rigidez do princípio. Para Duchain (1986, p. 27-32) a aplicação desse princípio era difícil nos países de tradição latina (França, Espanha e Itália). Nesses países, quando os arquivos correntes são classificados, o são pela administração, sem a intervenção de profissionais especializados. Dessa forma, os arquivistas não são obrigados a respeitar a classificação original, se a mesma é defeituosa ou dificulta a pesquisa. (SOUSA, 2003, p. 258).

O tratamento dado pelo Arquivo dos Dominicanos à documentação foi feito de forma que a documentação esteja dividida em temas. Nesse sentido Macneil (2008) propõe que seja repensado o princípio da ordem original e defende que a cada "rearranjo" e descrição as relações entre os documentos vão adquirindo possíveis ressignificações, ou seja, o entendimento de como aqueles arquivos estão relacionados pode ser diferente. Para Macneil a ordem original é construída e não encontrada pelo arquivista e essa é a mesma impressão que foi possível obter a partir do acervo relacionado a Frei Tito durante o processo de descrição da documentação.

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE foi utilizada para nortear nosso processo de descrição. A norma utiliza-se de campos de descrição padronizados permitindo assim que estruturar a informação de forma a facilitar sua recuperação. A descrição é uma etapa essencial para que se possa promover o acesso à documentação, pois, segundo Lopez (2002), "Os instrumentos de pesquisa são as ferramentas utilizadas para

descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos.” (LOPEZ, 2002, P.10).

Anteriormente foi explicitado que a documentação não possuía nenhuma forma de descrição. Após a coleta da documentação, por meio de fotografia, e feito um levantamento inicial, passamos para a etapa da descrição desses documentos.

O trajeto percorrido tendo em foco a organização e a divulgação do acervo tem início com a elaboração de um quadro simples que facilitasse a visibilidade de cada documento. O quadro elaborado continha como informações o nome do arquivo de imagem armazenado em mídia digital (formato *.jpeg*) e sua respectiva descrição. Esse quadro foi elaborado tendo como função atuar como uma espécie de instrumento de controle para nos auxiliar durante o processo de identificar os documentos. Em seguida, a partir de todas as informações reunidas no instrumento de controle, partimos para a elaboração de um Catálogo Seletivo Virtual, no qual os documentos estariam disponíveis para acesso.

Bellotto (2006) afirma que um catálogo seletivo pode ser entendido como um instrumento de pesquisa que promove o alistamento de documentos de um ou mais fundos, sendo que cada item é descrito de forma acurada. Esse formato de catálogo foi o instrumento no qual nossa proposta de descrição melhor de enquadrava, uma vez que a descrição foi feita apenas na parcela do Arquivo dos Dominicanos que estava identificada como pertencente a Frei Tito, mas o acervo do arquivo conta também com outros conjuntos documentais os quais não foram contemplados pela descrição. Ou seja, o recorte dado se referia aos documentos pertencentes ao fundo Frei Tito. O instrumento de pesquisa foi produzido em correspondência com a ordem que os documentos seguem em seu armazenamento físico.

A NOBRADE foi uma norma criada baseada em diretrizes internacionais e adaptada para a realidade brasileira e por isso escolhida para nos auxiliar durante o processo de descrição.

A norma apresenta uma forma que permite promover a descrição em diferentes níveis e com recomendações específicas para cada um. No caso dos documentos do acervo de Tito, optamos por uma descrição de cada item documental. A NOBRADE apresenta a existência dos seguintes níveis de descrição:

Considera-se a existência de seis principais níveis de descrição, a saber: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5). (NOBRADE, 2006, p. 11)

Além disso, são propostos sete itens indispensáveis para a descrição documental, sendo eles: código de referência, título, data, nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es), condições de acesso, sendo este último necessário apenas em descrições dos níveis 0 e 1 (NOBRADE, 2006). Durante o processo de descrição da documentação buscamos identificar no documento as informações requeridas por cada um destes itens citados anteriormente e então adicioná-las ao instrumento de controle, criado com a função de auxiliar a descrição.

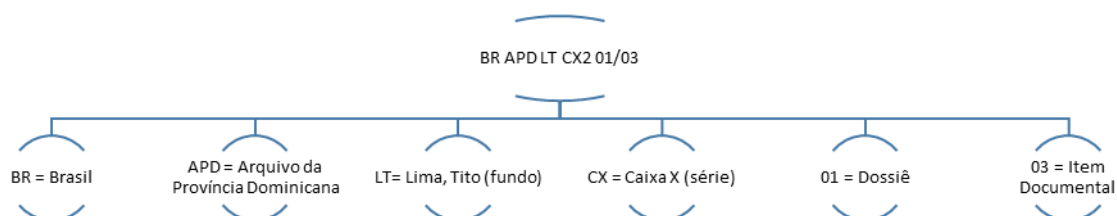
No que se refere ao Código de Referência, a NOBRADE indica o seguinte:

O código de referência constitui um dos principais pontos de acesso à unidade de descrição. Composto de três partes principais, duas delas são determinadas a priori, na sua configuração, pela Norma internacional, e devem se fazer presentes em todos os níveis de descrição. São elas: código do país e código da entidade custodiadora. Caso a entidade custodiadora permita acesso em mais de um endereço, deve-se registrar um código específico para cada subunidade custodiadora existente. A parte correspondente à especificidade da unidade de descrição deve ser convencionalizada, cabendo à entidade custodiadora decidir se utilizará no código de referência um código indicativo do fundo ou coleção ao qual a unidade descrita pertence e um código correspondente a cada um dos níveis de descrição que se possa promover, ou alguma outra convenção. (NOBRADE, 2006, p. 20).

O Código de Referência criado não é utilizado em sua entidade custodiadora. Entretanto, por constar como um dos requisitos obrigatórios para a descrição, criamos um código a partir das informações que obtivemos acerca da estrutura do fundo ao qual pertence a documentação.

Durante o processo de descrição dos documentos foi possível identificar sua posição na hierarquia do acervo daquela instituição, a partir da qual foi criado um código de referência que facilitasse sua recuperação. Esse Código de Referência segue as diretrizes propostas na NOBRADE. Tomemos como exemplo o código BR APD LT CX2 01/03, que possui o formato adotado para a descrição e está exemplificado no quadro a seguir.

Quadro 2 – Exemplo de Código de Referência



Fonte: Produção da autora.

A partir do código de referência é possível identificar o país, a instituição que guarda a documentação, o fundo documental, a série, o dossiê e o item documental. Essa configuração do código de referência foi criada segundo os modelos exemplificados na NOBRADE.

Quanto ao Título as indicações são para que se mantenha o uso do título original, mas permitindo a elaboração de um título a partir dos elementos de informação que se possua caso não seja possível manter o original (NOBRADE, 2006).

Quanto a Data, fica estabelecido pela norma que “Este elemento de descrição é obrigatório no que tange à data crônica. Em âmbito nacional, a obrigatoriedade recai sobre a (s) data(s) de produção.” (NOBRADE, 2006, p. 23).

Quanto ao Nível de Descrição é necessário identificar numérica ou nominalmente o nível da unidade de descrição em relação às demais.

Quanto à Dimensão e Suporte:

Constitui informação estratégica para planos de pesquisa e gestão do acervo. O registro normalizado das dimensões permite obter somatórios, propiciando políticas e ações de reprodução, de conservação e de organização de acervos. As dimensões tornam-se mais precisas quando associadas a informações relativas ao gênero, espécie ou tipo de documentos. (NOBRADE, 2006, p. 27).

Em relação ao Nome dos Produtores a NOBRADE indica que os nomes sejam indicados conforme a NBR 1084 e ISAAR (CPF). As indicações da ISAAR (CPF) são:

Todos os elementos abrangidos por estas regras estão disponíveis para o uso, mas somente os quatro elementos a seguir são essenciais: – Tipo de entidade (elemento 5.1.1); – Forma(s) autorizada(s) do nome (elemento 5.1.2); – Datas de existência (elemento 5.2.1); e – Identificador do registro de autoridade (elemento 5.4.1). (ISAAR (CPF), 2004, p. 15)

Buscamos seguir todas as normas de descrição, todavia ainda foi possível perceber que faltavam informações sobre alguns documentos. Esses ‘espaços em branco’ reforçam a necessidade da manutenção contínua nos arquivos. Se a instituição de guarda houvesse registrado todas as informações necessárias durante o período de acumulação e produção desse acervo seria provável que existissem menos lacunas na descrição.

Optamos pela elaboração de um catálogo formatado em quadros, pois esse formato permitiria a visualização não apenas das informações resultantes da descrição, mas também de uma reprodução digital de cada item documental.

A partir das atividades desenvolvidas e explicitadas neste capítulo foi possível perceber na atualidade, que é preciso pensar que as unidades de informação como arquivos e bibliotecas precisam se adaptar em seus métodos de articulação para a difusão da informação. É necessário pensar sobre a internet como um ‘espaço virtual’, como proposto por Jardim (1999), que possibilita novas formas de acesso a informação, além do acesso físico.

E foi pensando no acesso à documentação de forma virtual que criamos um site para a hospedagem do Catálogo Seletivo. O site possui uma interface simples, o que o torna fácil de ser compreendido e consultado. Buscamos fazer com que o site apareça facilmente nos mecanismos de busca da internet tais como *google*, *bing*, *yahoo*, etc.

Inicialmente foi pensada a possibilidade de utilização do *Oais*, do *Tainacan* ou outro tipo de repositório digital que utilizasse software livre, para a elaboração do catálogo. Entretanto esse tipo de repositório necessita de certas especificações de sistema operacional do computador utilizado e download de programas extras para a edição/execução do software e para transferir informações do banco de dados. Tais especificações dificultaram a elaboração desse tipo de repositório digital por exigirem certo nível de conhecimentos de programação. Não foi encontrado nenhum tipo de ambiente arquivístico digital que apenas permitisse apenas hospedagem dos documentos em conjunto com sua descrição e por isso a criação do site como pareceu a melhor forma de divulgação dos resultados do processo de descrição. A aparência do site pode ser observada na imagem a seguir:

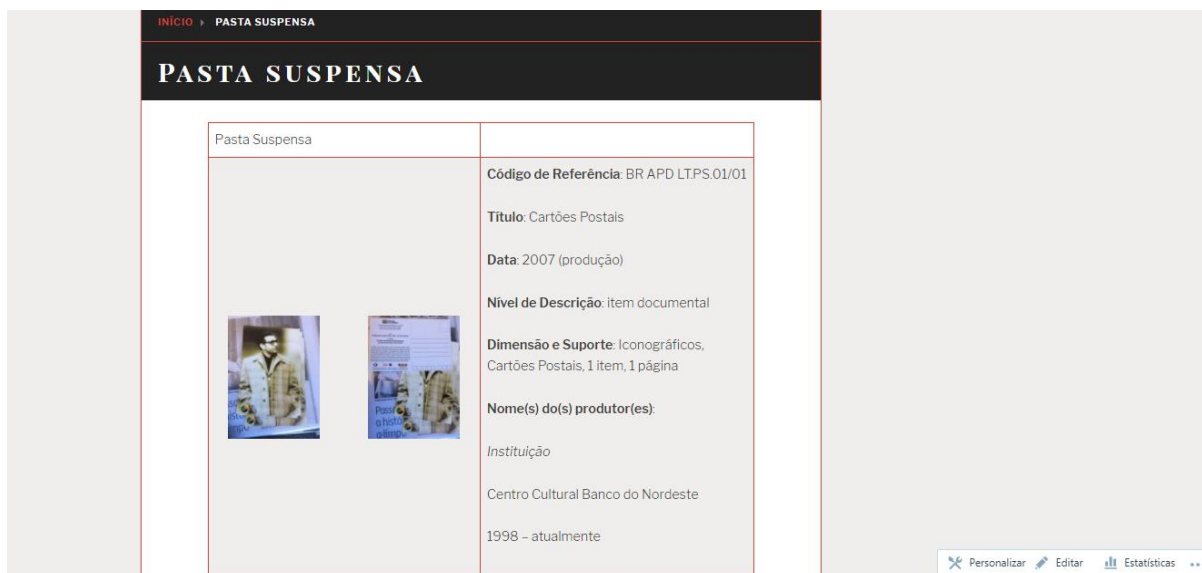
Imagem 4 – Aparência do Site



Fonte: Produção da autora.

Ao clicar em uma das opções da barra superior o usuário se depara com a pasta na qual ele clicou, no exemplo apresentado na imagem 3 é a pasta suspensa. No site é possível clicar nas imagens para obter uma visualização melhor.

Imagem 5 – Pasta Suspensa



Fonte: Produção da autora.

Neste capítulo buscamos explicitar as etapas para a elaboração do instrumento de pesquisa e um pouco de nossas impressões acerca dos documentos analisados. A partir da

documentação relacionada a Tito, foi possível perceber que a imagem de Tito como símbolo religioso de oposição à ditadura originou a produção de alguns dos documentos encontrados (com exceção apenas dos documentos pessoais, como seus poemas e certidões e de caráter administrativo, como fichas). Esses documentos estão relacionados a eventos e produções em memória de Tito, tendo no frade uma espécie de mártir cujo sacrifício em prol da democracia engloba toda a trajetória de perseguição, prisão, tortura, exílio e suicídio (ASSIS, 2015).

Em relação ao tratamento dado a essa documentação: no arquivo dos dominicanos a documentação estava dividida de forma temática e não possuía instrumento de pesquisa que auxiliasse a recuperação das informações ali contidas. Para que pudéssemos promover o acesso à documentação foi feita a descrição dos documentos em consonância com as propostas da NOBRADE. A partir da descrição, foi criado um Catálogo Seletivo em formato virtual, que reflete a ordenação temática do arquivo físico, ele pode ser acessado por meio do link: <https://documentosfreitito.wordpress.com/> .

4. MEMÓRIA E ACESSO

No caso da documentação analisada é possível perceber a diferença entre os discursos veiculados em alguns jornais ao tratarem da figura de Tito; referem-se a ele como “subversivo”. Já na documentação que é voltada para as celebrações de morte e cerimônias litúrgicas, é possível notar que a visão de Tito apresentada nesses documentos é voltada para que não se esqueça de sua morte, trazendo certo aspecto de martírio, como apresentado por Assis (2015). Essas representações memorialísticas encontram-se de certa forma ligadas a questões de resistência política.

Nesse sentido, conforme é apresentado por Pollak (1992), a memória passa por processos de reconstrução que estão relacionados a questões identitárias. Essa relação entre memória e questões identitárias é explicada por este autor quando afirma que:

Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens freqüentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa (POLLAK, 1992, p. 2)

Em relação a questão da disputa entre memória coletiva e memória oficial, conforme apontado acima, há sempre essa busca pela consolidação de uma memória. No caso da nossa pesquisa, essa memória se torna passível de ser revisitada através dos documentos sobre Frei Tito, e potencializada por sua disponibilização na internet.

Na atualidade as instituições, sejam elas públicas ou privadas, não precisam estar restritas a oferta de informações apenas em sua sede física, mas aumentar sua visibilidade com a possibilidade de acesso remoto via internet, trazendo para o documento um papel mais amplo na sociedade.

Jardim (2000) apresenta uma perspectiva na qual a Arquivística estaria numa era pós-custodial, a qual volta-se mais para o contexto de produção da informação, suas inter-relações e seu produtor do que para o local físico onde isso ocorre. Para Thomassem (2013), devido ao advento dos e-mails e mídia social as fronteiras entre domínio público e privado e entre arquivo pessoal e corporativo estão sendo reduzidas. O pensamento arquivístico teve seu escopo ampliado e com isso as instituições arquivísticas que antes assumiam uma posição de controle estão perdendo essa posição custodial, bem como seu monopólio quanto ao acesso e a preservação. Thomassem (2013) ainda complementa sua fala, ao afirmar que mudanças

como essas derivadas das novas formas e mídia e na mudança da relação entre mediador e pesquisador, nos convidam a aplicar nossa especialidade de forma diferente, mas não nos impede de implementar nosso papel de especialista como tal.

A partir do exposto pelos autores, pode-se pensar no que se refere à imagem digital dos documentos e sua disposição na internet. Volta-se o olhar para o acesso à informação. É possível inferir que a arquivologia deixa de restringir seu papel a apenas organização e controle para oferecer ao público uma forma de reavivamento da memória e exercer um papel social.

Cook (1998) afirma que os arquivistas acabam por integrar o processo histórico no qual estão situados, mesmo não sendo historiadores. Pode-se depreender que a participação do arquivista no processamento da informação contida nos arquivos acaba por estar longe de ser parcial, influenciando na construção da memória. O autor ainda afirma que os arquivos são “templos modernos – templos da memória” (COOK, 1998, p. 143) e que servem como monumentos às pessoas que merecem ser lembradas e nessa seleção acabam por fadar ao esquecimento aqueles que são julgados como não merecedores.

Para Cook (1998), o ato de recordar na perspectiva do usuário é “tanto pessoal quanto social, tanto interno quanto externo, tanto privado quanto público” (COOK, 1998, p. 144). O autor propõe que essa característica de coletividade de funções deve existir nos arquivos a fim de exercer uma função social permitindo que a sociedade se utilize dessas lembranças.

Outra autora relevante para a compreensão dessa questão é Dodebei (2006), a qual apresenta a web como espaço mítico da memória. A autora traça de forma breve a trajetória do que ela chama de “casas de patrimônios”, no período em que as sociedades estavam na transição do uso de meios analógicos para meios digitais. Segundo Dodebei “deixava-se a cultura para os museus, a informação para a biblioteca e os documentos administrativos para os arquivos.” (DODEBEI, 2006, p. 3). Entretanto essa realidade foi sendo alterada com o surgimento dos centros de memória, que passaram então a concentrar um pouco de cada tipo de instituição. Nas palavras da autora: “Todas essas casas passam a ser ‘casas de patrimônios’, quer dizer, um pouco museus, um pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e encontros presenciais.” (DODEBEI, 2006, p. 3).

Ainda segundo a autora, nos anos 90 foram realizados estudos acerca dos procedimentos teóricos, conceituais e metodológicos das disciplinas tradicionais que possuíam a memória como centro de estudo, numa tentativa de compreender o processo a ser enfrentado devido a informatização dos registros de memória. A autora destaca que naquela

época já se tinha uma ideia da importância dos estudos informacionais tanto para a sobrevivência das instituições, como para os meios de circulação dos bens culturais.

Em uma analogia interessante, a autora apresenta a relação do mito com a memória. Para ela, o mito sobrevive graças a tradição e sofre mudanças de forma, de acordo com o agente transmissor. Desta forma é possível que sejam adicionados novos elementos e com isso surjam versões variantes, criando um conjunto composto de lembranças e esquecimentos.

Para Dodebei, a característica de coletividade da web permite que esta seja considerada um “grande centro virtual da memória do mundo” (DODEBEI, 2006, p. 5). Nesse sentido nos deparamos com o conceito do chamado “patrimônio digital”. Esse conceito, trabalhado pela autora, é capaz de reunir questões relativas a memória e a informação. A autora define patrimônio digital como:

Esse novo patrimônio é constituído por bens culturais criados somente em ambiente virtual ou por bens duplicados na representação da web e cobre materiais digitais que incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, software, e páginas web, entre uma ampla e crescente variedade de coleções que representam desde objetos pessoais a acervos tradicionais de instituições de memória. (DODEBEI, 2006, p.1).

A autora ainda afirma que ao dar acesso a documentos digitalizados via internet, as informações contidas nessa documentação estão sendo perpetuadas através do uso e possibilidades desses documentos.

Com o desenvolvimento de novos equipamentos, a indústria eletrônica proporciona novas possibilidades no que tange a reformatação das informações. A autora nos apresenta então a perspectiva de que “as memórias informacionais geridas e gerenciadas em ambiente virtual não são mais bancos de dados nem bases de dados, mas centros de conhecimento” (DODEBEI, 2006, p. 5).

Um advento que possibilitou propagar o acesso é a digitalização. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a digitalização é o “Processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um escâner.” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 69). A respeito da questão relacionada à migração e mudança de suporte, Dodebei (2006), apresenta algumas questões:

Seria suficiente apenas transformar textos analógicos em textos digitais?
Imagens analógicas em imagens digitais? Sons analógicos em sons digitais?
Para essa questão já temos a certeza de que os suportes digitais são muito

mais frágeis do que o papel, o filme, o plástico entre outros. Mas, em contrapartida, a velocidade com a qual se pode renovar o objeto digitalizado com camadas de informação tem sido a forma de protegê-lo, assim como se protege um bem ao patrimonializá-lo. (DODEBEI, 2006, p. 9).

A documentação analisada neste trabalho encontrava-se disponibilizada apenas em seu suporte original (papel), sendo possível acessá-la apenas visitando o Arquivo da província dos dominicanos. Ao ser convertida para fotografias digitais, a possibilidade de disseminação da informação e de obtenção de reproduções desse material foi ampliada. Além disso, uma vez que o suporte original não precisará ser consultado com tanta frequência a digitalização também contribui para a preservação do acervo.

Dodebei (2006) afirma ainda que o espaço da web pode ser visto com um ambiente propício para pesquisas acerca de como se comportam os meios de produção de conhecimento e suas propriedades. Ambientes virtuais como, blogs, portais e, no nosso caso específico, o site criado para a divulgação do acervo Frei Tito podem ser vistos, de acordo com a autora, como uma forma de trazer a público documentos de um âmbito privado e possibilitar a reformatação de memórias.

Para Barros e Amélia (2009), o arquivo ao estar inserido na sociedade da informação, acaba sendo potencializado e levado a uma renovação de funções, pois além de exercer controle, manutenção e armazenamento, o arquivo passa a promover o contato entre os usuários (que vão além do pesquisador) e a informação.

É possível entender o arquivo como um espaço no qual a memória é integrante do processo de identidade de uma sociedade, embora não seja restrito apenas a isso. Para as autoras, o arquivo atua como um espaço caracterizado pela capacidade de projetar representações, monumentos, expressando características de um determinado período da sociedade a partir dos registros encontrados nos documentos. Nesse sentido, é possível compreender que o arquivo possui um papel importante ao promover acesso à informação, atuando também na produção de conhecimento.

O acesso à informação é um assunto discutido por Lopes e Rodrigues (2017) ao dissertarem acerca da criação da Lei de Arquivos e os seus desdobramentos. As autoras apontam que na década de 1980 houve um aumento no interesse na pesquisa em acervos privados por parte de historiadores e jornalistas em instituições privadas, mas a falta de um direcionamento legal que estabelecesse formas de acesso e uso da informação dificultava o processo de pesquisa.

As autoras também apontam que em meados dos anos 1970 ainda não havia instrumentos que permitissem mapear acervos públicos ou privados no país. É dessa lacuna que surge a necessidade da criação de uma normativa que melhorasse o uso e acesso as informações. A partir deste cenário é criado o anteprojeto da lei 8.159/91, chamada de Lei de Arquivos, que passou por diversas versões. Lopes e Rodrigues (2017) apresentam ainda que a lei objetivava promulgar políticas voltadas para os arquivos privados, entretanto acabou não trazendo grandes avanços nesse sentido.

A Lei de Arquivos entrou em vigência em janeiro de 1991. A partir de então fica previsto que o Estado pode identificar arquivos privados como de interesse público e social. Entretanto não fica claro quando um acervo privado é ou não de interesse público, estando relatado apenas no decreto 4.073 de 2002 que “os arquivos e documentos privados tombados pelo poder público, os arquivos presidenciais e os registros civis de arquivos religiosos são automaticamente declarados como de interesse público” (LOPES; RODRIGUES, 2017). Em contrapartida, muitas vezes o processo de consulta é dificultado pelos custodiadores, sejam eles instituições privadas ou públicas. A falta do estabelecimento de diretrizes para as condições de consulta pode ser entendida como uma omissão por parte do poder público para com as garantias de uso e acesso as informações.

Neste capítulo buscamos apresentar algumas noções acerca da relação existente entre o acesso e a memória. Foi possível notar que na atualidade essa relação tem se estreitado devido as facilidades oriundas das tecnologias que permitem que algumas instituições disponibilizem seus acervos à distância, fazendo com que os usuários possam realizar suas pesquisas de forma remota. A promoção da facilidade de acesso permite que haja uma ampliação na produção de conhecimento científico e também promove o contato do usuário com assuntos relacionados a cultura e história, exercendo também uma função social. Infelizmente, nem sempre o acesso à informação é facilitado pelas instituições custodiadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Tito, suas escolhas e os desdobramentos dessas escolhas estão de certa forma representados na documentação analisada, até mesmo seu desfecho trágico. Todo o aspecto do martírio de Tito surge a partir da ressignificação dada por indivíduos que se apossam dessa narrativa por se identificarem com as causas defendidas pelo Frade. Para alguns grupos, especialmente os motivados pelas produções jornalísticas, Tito era entendido como um Frade imoral, devido a seu envolvimento com movimentos de luta armada. Para outros ele é um personagem, uma representação de luta pela democracia. A produção documental a seu respeito apresenta essa dualidade. Os jornais o expuseram como subversivo, enquanto folhetos de celebrações litúrgicas após a morte do frade utilizaram-se das produções do frade (como, por exemplo, o poema “Quando secar o rio da minha infância”) como uma espécie de “hino” em defesa de diversas causas sociais, em sua maioria relacionadas às violações aos direitos humanos que ocorreram durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Embora questões relacionadas ao acesso de arquivos privados ainda não estejam muito claras, é importante que narrativas como a de Tito estejam disponíveis para consulta. Como apresentado anteriormente, na atualidade a atuação dos arquivos não precisa mais estar restrita a um local de guarda e manutenção de documentos. Os arquivos são mais do que isso: são lugares de memória. No caso analisado, lidamos com memórias ligadas a um período histórico ainda recente no país. Este tipo de memória não deve estar restrito apenas aos pesquisadores que possuem conhecimento acadêmico, pois possui relevância para toda a sociedade. Entendemos que a documentação analisada apresenta grande potencial para desenvolvimento de estudos e para a compreensão sobre o período da ditadura. Por isso o trabalho de descrição e divulgação desse material mostra-se relevante.

Entretanto, a falta de instrumentos de pesquisa e de um catálogo no site do Arquivo dos Dominicanos, identificando a documentação ali alocada dificulta seu acesso, conhecimento e usos. Nosso trabalho visou não só conhecer a documentação e identificar as práticas arquivísticas possíveis de serem implementadas ali, mas pensar e planejar ações que proponham a facilitação de seu acesso e uso social.

O trabalho de coleta, descrição e construção do site para divulgação do material objetiva ampliar a visibilidade do acervo referente a Frei Tito, encontrado no Arquivo da Província dos Dominicanos, tendo em vista sua relevância para a reconstrução de memórias sobre um período ainda sombrio do país. Como apresentado no decorrer do trabalho, a

internet é um ambiente com grandes possibilidades para a divulgação de conjuntos documentais, por isso optamos pela divulgação online.

Os documentos produzidos, coletados e organizados projetam memórias para o espaço público, demonstrando a importância deste conjunto documental no contexto dos chamados “Arquivos Sociais”, conforme nos apresenta Bellotto (2006). Analisar, descrever e facilitar o acesso a essa documentação nos permitiu ter contato diretamente com a prática arquivística no âmbito de uma instituição religiosa, na qual a documentação está sob a posse de uma instituição privada e autônoma, definindo e fundamentando o trabalho de organização documental de forma nem sempre pautada em concepções arquivísticas *stricto senso*.

5. REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil) Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005. 232p., Publicações Técnicas, n. 51, ISBN: 85-7009-075-7.

ARQUIVOS da Província Dominicana no Brasil. Disponível em:

<http://www.dominicanos.org.br/site/detalhes5x.php?id=131> . Acesso em: 18 de outubro de 2017

ASSIS, João Marcus Figueiredo. **Martírio, profetismo e santidade em documentos e memórias da luta social de Frei Tito de Alencar Lima**. Relatório de estágio Pós-Doutoral. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

BARROS, Dirlene Santos; AMELIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas , v. 21, n. 1, p. 55-61, Apr. 2009 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862009000100004&lng=en&nrm=iso . access on 07 Nov. 2017.

BOSI, Alfredo. Nos passos de Frei Tito. **Estud. av.** [online]. 2014, vol.28, n.81, pp.269-272. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000200019>.

BRASIL. Lei n. 8159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm . Acesso em: 26 de Outubro de 2017.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201> > . Acesso em: 08 Nov. 2017.

DODEBEI, V. Patrimônio e memória digital. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 4, n. 8, 2006. Disponível em:

www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/download/4759/4250 . Acesso em: 06 nov 2017.

ERVILHA, Guilherme Cortez; OLIVEIRA, Laura Laís de; FEITOSA, Lourdes M. G. Conde. O POETA GUERRILHEIRO: CARLOS MARIGHELLA E O REGIME MILITAR (1964-1969). In: 1ª Jornada dos cursos de História, Geografia e Arquitetura : Espaço, História e Globalização. **Anais da 1ª Jornada dos Cursos de História,. Geografia e Arquitetura : espaço, história e globalização.** Bauru, SP: Universidade Sagrado Coração, 2009. p. 142 - 152. Disponível em: http://www.usc.br/biblioteca/pdf/jor_2009_hist_geo_arq.pdf . Acesso em: 19 de maio 2017.

FEIJÓ, Sarah Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura: Uma análise do filme Batismo de Sangue.** 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, SP, 2011.

FONSECA, Gabrieli Aparecida da. **Arquivos Pessoais e suas particularidades no âmbito arquivístico.** 2015. 10f. Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp, Campus de Marília

JARDIM, J. M. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: ARQUIVO NACIONAL. **Mesa redonda nacional de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/informacao-arquivistica-no-brasil.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2017

JARDIM, José Maria. A dimensão virtual dos arquivos na perspectiva das políticas de informação. In: Seminario de Capacitación y Gestión en Archivos y Documentación, 2000, Buenos Aires. Disponível em: <http://www.voy.com/19210/3/138.html> Acesso em: 08 de Novembro de 2017.

JUNGES, Adriana. **Batismo de Sangue: as representações do período ditatorial no Brasil na década de 60.** 2011. 72 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação Social, Ciências Sociais, Centro Universitário Franciscano - Unifra, Santa Maria, 2011.

LOPES, B. P.; RODRIGUES, G. M. Os arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações do Conarq. In: Revista do Arquivo. Ano II

- Nº 4 - Março de 2017. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_01.php#inicio_artigo.

Acesso em 5 de novembro de 2017.

MACNEIL, Heather. Archivalterity: Rethinking Original Order. **Archivaria**, [S.l.], p. 1-24,

Dec. 2008. ISSN 1923-6409. Disponível em:

<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13190>. Acesso em: 5 de outubro de

2017

NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.: 29,7cm. Índice: p. 120-124. ISBN: 85-60207-02-3.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, v.6).

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.